

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ADRIELY TORRES FERNANDES
ANA BEATRIZ ASSIS LIRA**

**AS DIFICULDADES ESTRATÉGICAS NA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE
EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO AMAZONAS.**

**MANAUS – AM
2019**

ADRIELY TORRES FERNANDES
ANA BEATRIZ ASSIS LIRA

**AS DIFICULDADES ESTRATÉGICAS NA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE
EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO AMAZONAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Ciências Contábeis da Universidade
do Estado do Amazonas - UEA como requisito
para a obtenção do título de Graduação.

Orientador: Prof Msc William Scoralick

MANAUS – AM
2019

AS DIFICULDADES ESTRATÉGICAS NA IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO AMAZONAS.

Adriely Torres Fernandes ¹
Ana Beatriz Assis Lira ²
William Scoralick ³

Resumo: A associação cooperativa visa à formação de um tipo de empresa não muito comum, sem fins lucrativos e que busca beneficiar todos os seus participantes. Os benefícios da cooperativa agropecuária na vida dos pequenos produtores rurais são inúmeros. A base inicial desse estudo foi buscar contribuições da contabilidade como a ferramenta de gestão aos pequenos produtores rurais do Estado do Amazonas e também demonstrar a dificuldade da implantação da contabilidade nessas organizações. Para isto se realizou uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, com coleta de dados por meios bibliográficos, documentais e por entrevistas com especialistas. A atenção se voltou para as dificuldades que os produtores enfrentam ao tentar empreender diante das condições em que vivem e também as diferenças da contabilidade empregada em cooperativas, visto que é uma área em que faltam profissionais qualificados para atuar, a fim de melhorar os processos e obter resultados. Com os resultados obtidos concluiu-se que a contabilidade rural, principalmente à voltada aos pequenos produtores rurais é pouco utilizada no Brasil porquanto falta conhecimento por partes destes produtores e mais, são poucos os profissionais com conhecimentos nas áreas de produção, administração e contabilidade rural e de cooperativas de forma a permitir um controle econômico-financeiro mais rigoroso e informações mais precisas que proporcionem maior segurança e clareza na tomada de decisão.

Palavras-Chave: Cooperativas Agropecuárias. Produtor Rural. Contabilidade Rural

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca demonstrar se a contabilidade é uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar as cooperativas de pequenos produtores rurais do Estado do Amazonas. Após observar estas organizações com características próprias bem distintas das outras empresas habituais, verificou-se que nas cooperativas, em geral, a principal dificuldade está na compreensão da contabilidade como um meio importante para obter melhores resultados para seus associados, fazendo com que eles consigam uma melhor comercialização de seus produtos e assim auxiliando-os em questões como divisão de custos de assistência técnica, aquisição de sementes, compra de novas máquinas e etc.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas-AM, (adrielytf@gmail.com).

² Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas-AM, (anabeatrizlira91@gmail.com).

³ Professor Orientador: Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, wm.scoralick@hotmail.com

A importância do tema abordado se dá por constatar-se que a agropecuária movimenta milhões de reais na economia do nosso país e as cooperativas têm um papel fundamental nisso. Assim, verifica-se que a contabilidade realizada de forma íntegra e correta é de extrema necessidade, seguindo a legislação que rege o sistema cooperativo, em que cita as demonstrações contábeis como obrigatórias. A contabilidade é um instrumento fundamental para auxiliar a administração moderna, e tem como objetivo principal gerar informações para embasar as decisões a serem tomadas.

O ramo do cooperativismo agropecuário é o mais importante e no qual mais foi observado problemas com a gestão. A população rural é o enfoque já que eles estão em desvantagem em relação a outros empreendedores, quando se referem à capacitação técnica e auxílio, fazendo da cooperativa uma proposta de solução, pois essa organização visa a ajuda mútua ao proporcionar apoio aos produtores. Normalmente os produtores trabalham de forma avulsa, sem contrato, sem documentação, sem gerência ou deixam aos cuidados dos programas de incentivo do governo.

Por este motivo a relevância social da pesquisa se dá a fim de demonstrar o quanto a contabilidade seria importante para o desenvolvimento da cooperativa agropecuária, pois é necessária desde seu assessoramento, para as questões financeiras, para a elaboração das demonstrações dos resultados e prestação de contas aos associados, visando aumentar a transparência da organização, melhoria constante do sistema, satisfazendo e dando suporte aos cooperados de modo geral.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 FORMA DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA

Na atividade rural encontramos as duas formas jurídicas possíveis de exploração: pessoa física e pessoa jurídica. A mais encontrada no Brasil é a de pessoa física, onde muito dos pequenos produtores rurais não possuem a informação necessária para se tornar uma empresa e seguem trabalhando na forma de pessoa física. Até porque é uma forma menos custosa e proporciona mais vantagens fiscais que se acentua nas pequenas atividades.

Contudo, apesar desta forma visualizar benefícios fiscais, inibe o crescimento de modo geral e segundo o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (2013) um dos pontos mais vulneráveis dos pequenos agricultores é a sua “falta de automatização, tamanho e escala de produção, nem sempre adequada para alcançar mercados modernos”. Diante dessa restrição, se organizar parece ser o caminho para superar esta desvantagem, pois segundo

Souza e Bonfim (2013) “o grau de organização e participação dos pequenos agricultores em organizações sociais impacta diretamente tanto sobre a capacidade de produção como sobre a eficiência no uso dos escassos recursos”.

Uma organização associativa permite, em muitos casos, alcançar a escala mínima exigida para viabilizar investimentos, como a construção de depósitos para estocagem de produtos e insumos, aquisição de máquinas, unidades de processamento, sistemas logísticos, de controle de qualidade, etc. Com um nível mais elevado de organização coletiva, aumenta-se o poder de pressão junto ao governo e a sociedade, e conseqüentemente, influencia positivamente as políticas públicas, trazendo recursos adicionais para os projetos, tais como a implantação de obras de infraestrutura básica (estradas, água e energia), que alteram profundamente as opções produtivas e de comercialização. Reduz, também, a dependência frente aos grandes compradores, influenciando na distribuição do valor agregado dentro das cadeias produtivas.

De acordo com o site da Royal Máquinas, entre os muitos desafios enfrentados pelos pequenos agricultores, a comercialização de seus produtos e a compra de insumos e suprimentos necessários para a produção rural estão entre os principais. Como eles competem diretamente com grandes produtores rurais, que entregam seus produtos a preços extremamente competitivos e lucram pelo volume de vendas, o escoamento da produção por meio das cooperativas acaba sendo a melhor forma de garantir a comercialização a preços justos para pequenos agricultores, pois elas funcionam como depósitos, recebendo e beneficiando a produção de diversas formas: repassando ao mercado volume de produção que proporciona preços mais atrativos e facilidades de adquirirem insumos como fertilizantes, sementes e máquinas, além de proporcionar a troca de informações entre os próprios associados permitindo a criação de uma rede de negócios que por vezes, facilitam a capacitação técnica necessária para o seu crescimento.

1.2 EMPRESAS RURAIS

A agropecuária é um dos ramos da atividade rural mais abordado na área e se enquadrada como uma empresa rural, segundo visão do direito por apresentar os três pontos principais que caracterizam como: atividade econômica, empresário e o estabelecimento. Para Marion (2000), as empresas rurais exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de produtos agrícolas, é considerada uma unidade de exploração e possui alto grau de comercialização, tendo como

objetivos o crescimento empresarial, com a finalidade de obter lucros com sua produção e até mesmo para própria sobrevivência. Na contemporaneidade, esta atividade ainda fica meio que excluída diante das outras empresas consideradas mais atraentes. Muitos não dão valor e não percebem que esse ramo é fundamental para a sociedade e toda capacitação e investimento são necessários.

AZER (2007) definiu as bases de uma empresa rural, através de concepções de uma empresa integrada com o meio externo perceptível a alterações de clima e mercadológicas, a qual os administradores tendem a conhecer sobre os ciclos produtivos e minimizar as perdas sobre a construção de planejamentos estruturados, capacitando e desenvolvendo os colaboradores internos, a ponto de sua motivação, além de gerar ideias de desenvolvimento pessoal com qualidade de vida e satisfação dos clientes e fornecedores.

1.3 PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NA ECONOMIA

A maior parte dos produtores brasileiros se encontra nas pequenas propriedades, sem o auxílio de tecnologias de ponta ou de procedimentos que necessite de investimentos, além de possuírem conhecimentos limitados. Aliados a isso a personificação jurídica do pequeno produtor rural em agricultor familiar pelo governo brasileiro não reflete a heterogeneidade estrutural dos produtores rurais que utilizam o trabalho familiar, seja em termos da área do estabelecimento seja quanto ao sistema de produção e da geração de renda. Configuram-se por características estruturais de pequena unidade rural, resultadas de processos históricos, especificidades regionais, heranças culturais, experiências profissionais e pessoais e do acesso e da disponibilidade de um conjunto de fatores de produção (BUAINAIN et al, 2005).

1.4 COOPERATIVAS

Os conceitos sobre cooperativas levam à mesma interpretação, mas a visão e a maneira de como é passada ao leitor varia conforme o autor. Por exemplo, o XXXI Congresso pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) conceitua cooperativa como:

Uma associação de pessoas que estão unidas de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática. (MCPHERSON, 1995, p. 24).

Enquanto que para Rui Namorado (2018, p.5) “São organizações de uma natureza empresarial atípica, cujos membros visam, por seu intermédio, a prossecução de objetivos

comuns” e ainda, segundo conceito estabelecido no Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA, 2017) cooperativismo é:

Um dos instrumentos pelo qual a sociedade se organiza através da ajuda mútua, para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia. Segundo determina a filosofia cooperativista, os integrantes deste sistema se obrigam reciprocamente a contribuir com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica de objetivos comuns, sem fins lucrativos.

Conforme a Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, as cooperativas são “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituída para prestar serviços aos associados”, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes principais características: adesão voluntária, singularidade de votos, quórum e deliberação de assembleia geral, retorno das sobras líquidas do exercício e prestação de assistência aos associados, enquanto que a NBC T 10.8, descreve a entidade cooperativa como “aquelas que exercem as atividades na forma de lei específicos, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum os melhores resultados para cada um deles em particular”.

Os art. 1.093 e 1.094 da Lei nº 10.406/02, do Código Civil Brasileiro, diz serem características da sociedade cooperativa:

Variabilidade ou dispensa do capital social, concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo, limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar, intransferível a terceiros como herança, quórum para a assembleia geral deliberar, direito de cada sócio a um voto nas deliberações, distribuição dos resultados de acordo com o valor da operação de cada sócio e indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios mesmo que em caso de dissolução da sociedade.

As cooperativas agropecuárias tem se fixado no mercado atual por seu objetivo principal que é unir o desenvolvimento econômico e o bem-estar de seus cooperados. Essa importância tem sido dada principalmente a sua função de inclusão econômica com os mercados concentrados além de promover aumento da renda e o desenvolvimento na região inserida.

Segundo o OCB (2008), o cooperativismo é uma ótima alternativa de comercialização e produção conjunta, armazenamento e industrialização, inclusive, assistência técnica, educacional e social. Declarações feitas pelos próprios produtores rurais dão conta que a cooperativa se tornou praticamente a única forma de se desenvolverem e isso se dá pelos benefícios que a organização proporciona.

As cooperativas têm realizado fortes investimentos na ampliação e na modernização das técnicas de plantio, comercialização e agroindustrialização das principais matérias-primas e fibras produzidas no Brasil. Com isso, contribuem ativamente para o desenvolvimento não apenas do agronegócio, mas da economia brasileira. (OCB, 2008)

Outros benefícios são relatados na revista de Economia e Sociologia Rural, por Souza, Braga e Ferreira (2011, p. 01) quando afirmam que as cooperativas “trazem melhorias no poder de barganha dos produtos, tanto na aquisição de insumos quanto na comercialização da produção agrícola; redução nos custos fixos por meio do armazenamento da produção nos armazéns das cooperativas; difusão de tecnologia e conhecimentos; programas sociais de geração de renda e entre outros”.

Enfim, os efeitos das cooperativas envolvem a perspectiva social e econômica e Ferreira (2002) relata que “a eficiência das cooperativas pode ser vista como a combinação entre racionalidade econômica e valores de ajuda mútua, solidariedade, liberdade, igualdade e justiça. Dessa forma, a razão de ser da ação cooperativista está no fato de os cooperados se unirem em torno de um empreendimento sólido e competitivo e, por meio deste, visarem obter benefícios de natureza econômica e social”.

Para Marion (2000), a agropecuária é vista como uma sociedade civil, pois se coloca na posição de fornecedora de produtos agrícolas e pecuários, e para Reis (2013, p. 01), a execução das ações na área de apoio a organização racional da produção rural e de seus agricultores familiares e produtores rurais, na forma de Cooperativas e Associações “é um fator indispensável para promover o desenvolvimento de alternativas produtivas, ambientalmente, socialmente, culturalmente e economicamente sustentáveis”.

As ações objetivam a implantação adequada de inovações tecnológicas na gestão do empreendimento, aumentando o poder de barganha das famílias da zona rural, proporcionando a produção de produtos agrícolas com maior valor agregado e preço justo, fortalecendo a cadeia produtiva da agricultura familiar, que, conseqüentemente, representarão um aumento na distribuição da renda para seus partícipes e suas respectivas organizações, seja cooperativas, associações ou comunidades. (REIS, 2013, p.01)

1.5 ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL

As Organizações de Sociedade Civil (OSC) segundo o art. 2, alínea b, do inciso I, da Lei nº 13.019/14, assumem também a denominação de cooperativas e podem ser consideradas são de extrema importância, pois a visam integração social dos cidadãos, conforme propósito da Lei nº 9.867/99, que no item II do art. 1º inclui entre as cooperativas sociais o desenvolvimento de atividades agrícolas que consigam a independência social e

econômica dos cooperados através da inserção de pessoas em desvantagem social no mercado de trabalho, organizando os horários e jornadas de trabalho e executando programas de qualificação e treinamento para essas pessoas.

1.6 ASSESSORIA TÉCNICA AOS COOPERADOS

Segundo Reis (2019) a GEORG - Gerência de Apoio a Organização de Produtores tem como proposta a orientação e aprimoramento de organizações associativas para comunidades rurais e organizações dos agricultores familiares por meio da realização de assessoria técnica em gestão, que modifiquem as atuais condições de organização e funcionamento.

A GEORG possui ações de desenvolvimento através da implementação de modelos de organizações administrativa e alguns dos objetivos são:

Estruturar um banco de dados com informações sobre as organizações de produtores e suas necessidades relevantes para subsidiar a tomada de decisão de políticas públicas de desenvolvimento do setor primário, estabelecer um método prático de abordar as organizações de produtores a ser usado e, apoiar o estabelecimento de redes solidárias de cooperação que ajudem a potencializar e articular o conhecimento necessário para estabelecer processos sustentáveis de desenvolvimento local e territorial. (REIS, 2019, p. 02)

A equipe responsável pelo GEORG disponibiliza, conforme apresentado no Quadro 1 abaixo, o quantitativo de pequenos produtores rurais que pretendem auxiliar:

Quadro 1 – Consolidação das organizações

NÚMERO DE COOPERATIVAS	Nº DE AGRICULTORES/PRODUTORES	
	EXISTENTES	À ASSISTIR
45	3.207	1.685

Fonte: Departamento de Operações (IDAM)

A gerência irá assessorar, ainda, as unidades locais na execução de metas que irão fortalecer as organizações da agricultura familiar, capacitando os agricultores sobre Organização comunitária; Associativismo/ Cooperativismo; Gestão de Associações. Dessa forma, realizam a programação de cursos e eventos a esses agricultores familiares em diversos temas visando a qualificação profissional, conforme demonstrado no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Programação de cursos

CURSO	Nº	Nº PARTICIPANTES
COOPERATIVISMO	5	100
ASSOCIATIVISMO	9	180
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	1	20
GESTÃO DE ASSOCIAÇÃO	4	80
TOTAL	19	380

Fonte: Departamento de Operações (IDAM)

1.7 CONTABILIDADE PARA COOPERATIVAS

Dada as peculiaridades das cooperativas, a contabilidade aparece como uma ferramenta de gestão, assessoramento e prestadora de serviços obrigatórios facilitando o processo organizacional. A Lei nº 5.764/71 explicita que a sociedade cooperativa deverá manter dentre os livros fiscais e contábeis a escrituração contábil obrigatória.

Para Carvalho (2016) as cooperativas são uma forma particular de organização empreendedora, porém nessa sociedade cooperativista, ao final do exercício, o resultado operacional obtido pode apresentar sobras ou perdas operacionais, distribuídas “pro rata” ao volume de operações de cada um dos associados daquele exercício. Para o ENGEMA (2017), cada cooperativa tem a liberdade de desenvolver seu plano estratégico, focando nas áreas que lhe convêm, entretanto, a falta de fiscalização por parte das cooperativas centrais no desenvolvimento das atividades, pode gerar falta de credibilidade no próprio sistema considerando que talvez o maior de todos os desafios seja implantar e adaptar um modelo de gestão cooperativista, priorizando a igualdade econômica e social, o que para Lima (2005), é de suma importância, para que se aproxime cada vez mais do seu objetivo principal, que é o de trabalhar para o crescimento social de seu cooperativismo, contudo é unindo o objetivo do sistema cooperativo ao objetivo da contabilidade, que é o de relatar informações úteis que teremos assim um controle de informações claras onde os usuários poderão tomar decisões rápidas e precisas.

Conforme afirma Jochem (2015) é importante que os usuários estejam informados sobre a base ou bases de mensuração utilizadas nas demonstrações contábeis porque são estas bases e forma como são elaboradas que afetam significativamente a análise dos usuários. E como observado por Santos; Gouveia e Vieira (2008, p. 89):

A contabilidade traduz diversos fenômenos de naturezas variadas para uma linguagem uniforme, apresentando-o sobre uniformes contábeis, ou as chamadas demonstrações contábeis, que evidenciam os acontecimentos que, de alguma forma, afetaram o patrimônio da entidade. Assim visa gerar informações que auxiliem seus usuários no processo decisório em consonância com objetivos lucrativos ou não.

1.8 CONTABILIDADE PARA COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Mesmo com todos os benefícios, as cooperativas agropecuárias também se deparam com a necessidade de se adequar aos novos padrões comerciais. Segundo Berton (1999), os fatores que delimitam o desenvolvimento das cooperativas estão atrelados ao perfil de gestão, especificamente ao fato de as cooperativas comercializarem produtos de baixo valor agregado, à ausência do planejamento estratégico e de mecanismos de controle gerencial

e, ainda, ao pouco investimento na gestão dos processos técnicos de produção, os quais podem gerar significativas perdas de eficiência e baixo retorno aos negócios. Para Gimenes e Gimenes (2006) a elevada dependência de recursos financeiros de terceiros tem levado as cooperativas a enfrentarem grandes dificuldades na gestão do capital de giro e em termos de expansão de suas operações.

Crepaldi (2009, p.77) entende que a Contabilidade Rural é um instrumento da função administrativa e tem como finalidade

- Controlar o patrimônio das entidades rurais;
- Apurar o resultado das entidades rurais;
- Prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis.

A contabilidade nessa área tornasse tão necessária que no Edital n.03-17 sobre o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza tem como requisito a escrituração de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e com as normas Brasileiras de Contabilidade, compreendendo os seguintes documentos, que deverão constar com título e assinatura do contador responsável pela OSC: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Sobras e Perdas, para, respectivamente, Organizações de Sociedade Civil e Cooperativas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas explicativas do Balanço.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Será uma pesquisa básica pura, pois visa apenas aprofundar o conhecimento científico, sem interferência no mundo real. Segundo Pronadov e Freitas (2013, p. 51) esse tipo de pesquisa objetiva “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois se analisará criticamente os dados coletados, tendo uma análise valorativa, na qual o autor tem que ler e interpretar pra chegar as conclusões.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. (PRONADOV; FREITAS, 2013, p. 70)

Define-se a metodologia científica deste artigo com o método descritivo pois, é baseada em assuntos teóricos e objetiva retratar o máximo possível os assuntos que se está estudando, apresentando todas as suas características para depois analisar as relações entre as

variáveis definidas na qual não se irá interferir nos dados coletados, que segundo Vergara (2003, p. 45):

Expõe características determinada população ou de determinado fenômeno. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

E, além do método descritivo, em menos evidência também se utilizou da pesquisa exploratória, que de acordo com Vergara (2003) é aquela realizada além da pesquisa bibliográfica pois se faz uma sondagem sobre algum fato ou fenômeno que pode ser uma pesquisa de campo, onde se busca coletar dados que ainda não estão em livros e trabalhos acadêmicos, ou seja, numa área na qual se tem pouco conhecimento.

Os procedimentos consistem em duas formas: a bibliográfica e a documental. A bibliográfica, pois a partir de materiais já publicados como livros, artigos científicos revistas. É um procedimento que coloca o autor em contato com diversos materiais já desenvolvidos sobre o assunto. E o documental que é muito parecido com a bibliográfica, porém a diferença se encontra na natureza das fontes, além dos livros, artigos e materiais acadêmicos essa pesquisa será realizada com fontes de primeira mão, como as entrevistas e materiais fornecidos pelos órgãos comprometidos, em que houve apresentação do tema.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através dos procedimentos metodológicos qualitativos utilizados para a realização da coleta de dados, como: levantamento dos documentos e informações disponibilizadas por meio de materiais exclusivos e conversas com profissionais envolvidos na área contábil e cooperativista. Obtiveram-se informações referentes ao cotidiano do pequeno produtor rural que está envolvido ou que deseja se atrelar a uma sociedade cooperativa, a partir dos quais foram adotadas as abordagens deste trabalho.

Em conversa com o Sr. Lázaro Reis, gerente de apoio a organizações dos produtores, este nos informou que: “As dificuldades do pequeno produtor rural, principalmente os do interior do Estado do Amazonas, se iniciam desde a mobilidade para a coleta e travessia das mercadorias para os postos de vendas da capital, mas também há entraves no que diz respeito ao entendimento do funcionamento das cooperativas e, principalmente sobre as aplicações contábeis nessas organizações”. Gisele Pessoa, contadora de diversas cooperativas agropecuárias, em uma conversa afirma que: “O controle desses produtores é feito em cadernetas, cadernos, em alguns casos somente na memória de quem

administra e alguns não tem nem a preocupação do custo da sua produção no período, desconhecem totalmente para que serve a contabilidade.”

Foi possível identificar nas palavras de Sr. Lázaro e Sra. Giselle que o produtor rural está mais preocupado em saber se seu negócio está indo bem, mesmo que empiricamente, foi feito um balanço patrimonial, um fluxo de caixa, uma demonstração dos resultados do exercício ou qualquer outra demonstração ou apuração de indicadores que possam identificar se há lucros ou prejuízos no seu trabalho. Não conhecem nem as principais funções atribuídas ao contador. No pensamento de muitos, o contador simplesmente declara o imposto de renda no começo do ano, e faz o registro dos funcionários na folha de pagamento.

Ana Matsui, Gerente de Desenvolvimento das Cooperativas na OCB/SESCOOP-AM, relata que: “Os cooperados tem dificuldade em entender e realizar os procedimentos que os fazem ser uma cooperativa, ou seja, as regras da organização, muitos burlam seus preceitos, como por exemplo, os produtores que além de venderem suas mercadorias pela cooperativa, eles também vendem por fora, pegam seus veículos e oferecem nas ruas, nas feiras avulsas, sem controle ou supervisão e o lucro obtido não é declarado à cooperativa”.

Para suprir parte destas dificuldades é levado às comunidades programas de formação profissional de jovens, cursos artesanais para as famílias, de formação do próprio cooperado bem como tantos outros benefícios proporcionados pelas próprias cooperativas sempre se evidenciando a importância de respeitar as regras e realizar com honestidade o trabalho, a fim de obter melhores resultados, principalmente no que tange o aumento da renda de cada produtor associado. E completa: “A cooperativa representa um papel muito importante para os cooperados e para a comunidade, ela facilita os financiamentos com juros baixos, fornece mercadorias e insumos aos cooperados e faz parcerias com as Organizações das Cooperativas Brasileiras, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e o SEBRAE.”

De acordo com o que foi apurado e exposto pelos autores pesquisados, a contabilidade é um dos principais sistemas de controle e informação para as empresas rurais, podendo através de seus instrumentos, verificar a situação da empresa sob os mais diversos enfoques, como análise de estrutura, evolução, solvência, garantia de capitais próprios e de terceiros, entre outros. Sem o planejamento adequado das atividades dos manejos agrícolas, o risco que se corre é alto, pois uma decisão duvidosa pode colocar em risco o lucro de toda uma safra, o que faz da contabilidade uma ferramenta importante na condução estratégica das cooperativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, as cooperativas agropecuárias são constituídas por produtores rurais que procuram uma melhor condição de comercialização de sua produção e da compra de insumos e produtos, contudo não têm firmado conceitualmente ideia de cooperativismo como uma forma de inclusão no mercado e alicerçada na visão de uma maximização do serviço para com os associados e não do lucro. Por outro lado, existe uma vertente importante a ser considerada, as cooperativas precisam sobreviver e isto pressupõe criar competências para concorrer com firmas de capital que disputam seu espaço econômico, fazendo-se necessário preparar seus gestores para que utilizem ferramentas que possibilitem melhorar a eficácia do seu processo decisório, garantindo maior saúde financeira para sua atividade.

Nesse momento é que a contabilidade intervém como uma ferramenta de gestão imprescindível, ainda mais aos pequenos produtores que buscam melhoria de renda e da sua família, contudo, a dificuldade que muitos possuem para compreender a contabilidade e como ela funciona, de ver seus benefícios e tudo o que ela agrega ao cooperativismo, complica o progresso da organização estratégica, aliado, ainda do fato de não ter profissionais contábeis com conhecimento suficiente na área, especializados em contabilidade rural e em sistema cooperativista tornando-se um dos empecilhos para a melhoria desejada na gestão.

REFERÊNCIAS

AZER, Adriano Marques. **Tempos Modernos da Administração Rural**. 2007. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/98>>. Acesso: novembro de 2019.

BERTON, L.H. **A gestão financeira das cooperativas paranaenses**. Revista FAE. Curitiba: 1999. p. 39-45.

BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

_____. Lei nº 5.764. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências**. Brasília, DF, de 16 de dezembro de 1971.

_____. Lei nº 13.019. **Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação**. [...]. Brasília, DF, de 31 de julho de 2014.

_____. Lei nº 9.867. **Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica**. Brasília, DF, de 10 de novembro de 1999.

_____. Res. CFC NBC T 10.8 (IT 1). **Entidades Cooperativas**, de 25 de janeiro de 2005.

_____. Edital de Chamamento Público nº 003/2017 p. 8, do **Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza**.

BUAINAIN et al, 2005. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores?** Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Pequena_produ_rural_9525.pdf/c6deb8b4-9523-47a0-ac11-c0eed33b2f99?version=1.6> Acesso: novembro de 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.376

CARVALHO. A. D. **O Marketing de Relacionamento em Cooperativas de Crédito: Um Estudo de Caso nas Cooperativas de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Piracicaba: Unimep, 2016. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/15082016_125711_adrianodiasdecarvalho_ok.pdf>. Acesso: novembro de 2019.

ENGEMA. **Cooperativismo: As dificuldades estratégicas na implementação da gestão**. 2017. ISSN (International Standard Serial Number) 2359-1048. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/192.pdf>>. Acesso: outubro de 2019.

FERREIRA, M. A. M. **Fatores internos associados à decisão de diversificação nas Cooperativas Agropecuárias**. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada – U.F de Viçosa-MG, 2002. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/11360/texto%20completo.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: outubro de 2019.

GIMENES, R.M.T.; GIMENES, F.M.P. **Cooperativismo Agropecuário: Os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro.** Revista de Economia Contemporânea, v.10, nº 2, 2006. p. 389-410.

JOCHEM, Laudelino. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas.** Conhecimento, 2015.

LIMA, Andreia. **A contabilidade nas sociedades cooperativas e nas sociedades empresárias.** Revista Eletrônica de Contabilidade. UFSM. ed. Especial. Santa Maria, 2005.

MACPHERSON, I. **Declaración de la Alianza Internacional sobre la Identidad Cooperativa.** Vitória, Consejo Superior de Cooperativas de Euskadi, 1995, p. 24.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NAMORADO, Rui. **O essencial sobre cooperativas.** INCM, 2 ed. Portugal, 2018.

PRONADOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS. 2013.

REIS, Lázaro. CGEE, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** – Brasília, 2013.

ROYAL, Maquinas e Ferramentas. BLOG. **Como funcionam as cooperativas para os pequenos agricultores.** Disponível em: <<https://www.royalmaquinas.com.br/blog/como-funcionam-as-cooperativas-para-os-pequenos-agricultores/>>. Acesso: novembro de 2019.

SOUZA FILHO, Hildo M. e BONFIM, Renato M. **Oportunidades e Desafios para a Inserção de Pequenos Produtores em Mercados Modernos.** Brasília: CGEE, 2013. Obtido em https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Pequena_produ_rural_9525.pdf/c6deb8b4-9523-47a0-ac11-c0eed33b2f99?version=1.6. Acesso: novembro 2019.

SOUZA, U. R. D., BRAGA, M. J. e FERREIRA, M. A. M. **Fatores associados à eficiência técnica e de escala das cooperativas agropecuárias paranaenses.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 2ºed. São Paulo: Atlas, 2003.